

TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS: AMEFRICANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E OS DESAFIOS DE PESSOAS NEGRAS NO ACESSO E NA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL¹

“A ‘sutileza’ do racismo brasileiro, que encarcera a quase totalidade da população negra brasileira em submundos social, intelectual, político e econômico, tem seu grande colaborador o discurso jurídico, que enquanto proclama a igualdade, justiça e liberdade, convive em cumplicidade e conivência com atos de racismo quer individuais, quer institucionais. Sua estrutura reguladora, repressiva e judiciária, paradoxalmente, cria mecanismo proibitivo de atos de preconceitos e racismo e implementa a impunidade dos agentes e a destruição das vítimas especialmente pela ação da polícia.” (BERTULIO, 2019, p. 129)²

*Dora Lúcia de Lima Bertúlio**

Bem, todos estão me ouvindo, não é? Está tudo certo com os áudios? Boa noite, então, para todos os meninos e meninas, senhoritas e senhoritos, senhores e

¹ A palestra, intitulada "Trajetórias Acadêmicas: amefricanização da universidade e os desafios de pessoas negras no acesso e na permanência estudantil", foi proferida ao Coletivo Negro Lélia Gonzalez do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina em modalidade virtual em 02 de setembro de 2021. A referida palestra foi transcrita por Patrick Suhre da Rosa, membro do Coletivo LEGON e graduando em Direito no Centro de Ciências Jurídicas da UFSC. E-mail: patrick_suhre@hotmail.com.

² BERTULIO, Dora Lucia de Lima. Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019

*Professora Dora Lúcia possui mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1989). Atualmente é Procuradora da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Atuando principalmente nos seguintes temas: Racismo, Direito e Relações Raciais, Discriminação Racial, Ação Afirmativa, Historia do Direito Brasileiro. É precursora e uma das fundadoras do campo Direito e Relações Raciais. E-mail: dora.bertulio@terra.com.br.



senhoras aqui presentes. Bem, é um prazer imenso. Agradeço muito o convite e a possibilidade de estar aqui conversando com todos vocês. Esta universidade tem um significado muito importante para mim e foi o lugar onde consegui realizar os trabalhos que me deram a possibilidade de apresentar, na verdade, muitas e muitas possibilidades de discutir o direito e as relações raciais. Foi aqui que realizei esse estudo e onde tive a oportunidade de ser aceita para realizar esse estudo. Porque podemos começar a falar um pouco sobre como, na verdade, quando chegamos a qualquer espaço acadêmico e apresentamos o nosso interesse, a rejeição surge de maneira tranquila, de mil formas. Pode ser grosseira, pode ser gentil, mas sempre há aqueles que dirão que não conhecem essa área, que não é bem o lugar, enfim.

Quando cheguei à UFSC pela segunda vez, pois na primeira recebi exatamente essa resposta, de que deveria ir para a sociologia, que era o lugar para discutir relações raciais, eu persisti. Num segundo momento, fui muito bem aceita e foi o lugar onde me encontrei, digamos assim, na minha trajetória acadêmica, a partir da minha primeira formação na Universidade Federal aqui do Paraná.

Eu dividi o assunto que vamos abordar hoje da seguinte forma: pretendo falar um pouco sobre Ações Afirmativas. No entanto, achei que também deveria falar um pouco sobre o estudo das relações raciais nas diversas áreas do conhecimento da academia. Gostaria de apresentar isso como uma reflexão: É necessário que abordamos, é preciso que nos empenhamos em inserir a discussão das relações raciais em todas as áreas de conhecimento na academia. Essa é a possibilidade que temos. Agora, com os programas de ações afirmativas, temos profissionais em diversas áreas que, além de sua profissão, também incorporam a discussão racial em seu cotidiano profissional.

Portanto, começarei com a questão de trazer algumas discussões sobre as ações afirmativas. Penso que, mesmo que estejamos há quase vinte anos no século XXI a partir de Durban, onde tivemos a oportunidade de discutir de forma mais ampla as relações raciais e as ações, Durban foi um marco que fez com que a sociedade brasileira prestasse atenção a essa discussão. Ao longo desses vinte anos, é surpreendente como repetimos as mesmas falas e os mesmos discursos. No entanto, ainda é necessário que tenhamos a humildade de abordar constantemente esse assunto. Isso ocorre porque, a cada vez que tratamos dele, aprofundamo-nos mais em nossos argumentos e propriedades, na nossa capacidade de fazer com que cada vez mais indivíduos na sociedade se conscientizem sobre essa questão. É importante perceber o quanto a discussão do racismo e das relações raciais é fundamental para que possamos realmente pensar em uma sociedade



v.7, n.2



democrática, justa e solidária. Enfim, pensar no que seria benéfico para que nossos filhos, netos e as próximas gerações possam contar com um aparato social de poder para se organizarem e colocarem seus talentos à disposição da sociedade sem restrições por causa de seu corpo.

A sociedade brasileira é inredada nos valores produzidos e reproduzidos desde os tempos da escravidão e permanece inerte em relação ao fato de que os ideais racistas de inferioridade dos indivíduos, baseados em seus corpos e características físicas negroides, são falsos, anti-humanos e degeneradores da vida social. Parece que a sociedade não percebeu a falsidade desses movimentos contrários por conta dos corpos negros. Não há que se abstrair naturalmente dos avanços dos movimentos negros e antirracistas que temos produzido e reproduzido em todo o Brasil. Abdias Nascimento, desde a década de 30 do século XX, foi um guerreiro da causa antirracista, com a proposição de combater o racismo endêmico e institucional que deteriora o Estado brasileiro e suas instituições, levando a sociedade a se comportar de acordo com tais valores, com muitos avanços.

Eu acho muito importante lembrar dele como um personagem que foi, neste século XX, como aquele que trouxe a discussão mais publicamente e que foi um batalhador impressionante para a implementação de políticas e quaisquer particularidades na política para diminuir os efeitos do racismo. Entretanto, o que digo ao afirmar que o ideário racista e a discriminação racial persistem incólumes em nossa sociedade são os movimentos e os comportamentos discriminatórios individuais e coletivos. Mas, maior que tudo, é o racismo institucional que perpassa todas as instituições do Estado e se concretiza nos atos e comportamentos dos governantes. A revolução criada pelo movimento pró-cotas raciais pode ser vista como um novo momento do racismo nacional, visto que, pela primeira vez, a população branca teve que se envolver na discussão do racismo. Os estudiosos das relações raciais trouxeram às universidades a discussão das medidas particularizadas para inclusão de estudantes negros em seus campi, com o auxílio do movimento negro organizado. Eventos foram criados, discussões públicas, seminários, reportagens em jornais e televisão e em um movimento conflituoso por sua natureza. Pela primeira vez, exigir do poder público e da sociedade que se posicionasse sobre os efeitos do racismo na qualidade de vida das pessoas, da população negra, branca e na violência que assola a nossa sociedade. E é sempre importante, e eu gosto de deixar definido que: quaisquer movimentos que façamos para a inclusão da população negra na participação adequada, na responsabilidade e no respeito aos direitos fundamentais desta população, você assim estará ajudando a população branca que naturalmente terá maior possibilidade de se organizar interiormente

v.7, n.2



e coletivamente como indivíduos que efetivamente se entendem como úteis na sociedade. Os resultados desta luta então têm sido analisados positivamente. Cursos que jamais tiveram mais que um estudante negro durante todo o seu tempo passaram a conviver com mais pessoas negras e permitiram aos brancos uma convivência anteriormente ínfima, para diminuir a ideia do lugar do negro como servil ou em funções menos sofisticadas.


Também no inconsciente coletivo, alguma mudança pode ser vista com a inclusão de modelos como apresentadores de televisão negros e negras, iniciando essa inclusão tão aguardada. É uma abertura no fechamento do regime racista brasileiro. Porém, devemos estar atentos às armadilhas que a estrutura da sociedade brasileira, forjada nos nefastos movimentos do escravismo, os genocídios das populações indígenas e a colonização, nos reserva. Falo do racismo institucional que perpassa o tecido das instituições do Estado e deteriora a qualidade de vida das populações negras e das periferias das grandes cidades: assassinatos, infraestrutura de saneamento básico ausente ou de péssima qualidade, escolas de educação precária, aumento da desigualdade entre brancos e negros. E como que a gente pode intervir neste processo de política e programas públicos a fim de torná-los mais igualitários?

Penso então que os programas e os movimentos das instituições são dirigidos pelo ideário racista nacional. De forma que, naturalmente, as decisões políticas e dos políticos levam em conta a percepção racista do valor da comunidade negra, do merecimento desta população, consciente ou inconscientemente, priorizando os espaços da maioria ou de totalidade de populações brancas.

Assim, para que esses programas e ações possam ser contestados, é preciso que haja nas mesmas instituições ou naquelas que têm competência para fiscalizar e controlar, como por exemplo: Ministério Público, Defensoria Pública... Profissionais que têm competência para controlar o poder público ou profissionais que detêm o conhecimento para além da visão de mundo trivial e natural nas relações raciais, denunciando os perpetradores ou defendendo as populações preteridas. Assim, detectar uma política racista necessita de uma compreensão mais ampla do que o racismo. Ou seja, para além do senso comum, que indica que não existe tal fenômeno ou que ele somente se manifesta em casos explícitos de proibição ou restrições da presença negra em determinados espaços.

Então, é fundamental para todos nós que façamos incursões e estudemos sobre o racismo, sobre os movimentos que o trouxeram para esta modernidade, ou pelo menos na forma contemporânea. Até porque, de alguns estudos que eu já





busquei, acredito que não se tem uma ideia ou argumento fático definitivo sobre a origem do racismo. Há uma série de teorias a respeito, mas até hoje, pelo menos no meu conhecimento, não existe algo que possamos dizer “ele se originou aqui”. E, na medida em que não tenho essa origem definida, devo estudar este fenômeno de tal forma que possa detectá-lo nas melhores e piores formas em que ele se apresenta. Porque ele é absolutamente fluido e se move diante das perspectivas e do que seria sua possibilidade de manutenção.

Então, é um puro engodo essa compreensão de que nós, por sermos negros, conhecemos o racismo e os indivíduos brancos que não são racistas dizem que não são racistas e, portanto, não conhecem o racismo. As coisas não acontecem dessa forma. Em uma sociedade de maioria negra como a nossa, a supremacia branca, que não necessariamente está apenas nas mentes brancas, mas no sentimento valorativo humano da sociedade, presente tanto nas mentes brancas quanto nas negras, exerce um poder devastador na percepção social da ocorrência da discriminação, violência e racismo. É preciso se manter alerta e utilizar todos os mecanismos de pressão para sua manutenção.

As escolas de direito no país não possuem cursos, debates, seminários ou qualquer movimento acadêmico voltado para a discussão das relações raciais. Ou pelo menos é essa a impressão que temos de forma genérica. E são ínfimas as possibilidades que temos para essas discussões dentro das faculdades de direito. Alguns professores e alunos, solitários e com muita dificuldade - brancos, no caso dos professores, e negros, no caso dos estudantes - têm procurado trazer esses debates para a comunidade acadêmica. Conheço o trabalho da Universidade de Brasília com os cursos de direito, com disciplinas como Relações Raciais e Direito, iniciadas e dirigidas pelo professor Evandro Charles Piza Duarte. Há discussões sobre a comunidade LGBTQIA+ e outras comunidades oprimidas na sociedade em razão do seu ser.

Os programas de ações afirmativas e diversidades nas universidades também têm trazido essa possibilidade. Algumas universidades já estão com seus NEABs e suas instituições voltadas para ações afirmativas, acompanhando o progresso e o desenvolvimento dos estudantes cotistas na sociedade. Isso acaba trazendo essas discussões. No entanto, o que eu insisto é que essas iniciativas não são institucionais; elas não são da universidade. São programas que os próprios professores e estudantes implementam, mas a instituição não as recebe como uma de suas obrigações e necessidades, como faz com outras áreas do conhecimento que ela assume como parte da universidade. Por isso, sempre digo que devemos ser muito astutos, muito atentos e atentas às armadilhas. A cada movimento, a cada

passo positivo, devido à nossa história tão terrivelmente tratada, podemos nos sentir muito confortáveis. No entanto, é perigoso, pois isso faz parte das armadilhas que podem nos cercar.


Gramsci nos seus estudos, quando fala sobre a hegemonia, o capital das estruturas e superestruturas, ele coloca da seguinte forma: "Todo o sistema se abre um pouco para evitar o conflito máximo." Devemos estar atentos porque se essa abertura é feita para evitar o conflito, isso não significa que seja para nos contemplar. Portanto, reitero que o sistema de cotas raciais no ensino público superior promoveu um novo olhar sobre o racismo no plano social, além dos efeitos internos no meio acadêmico, mas sem ilusão, pois, por outro lado, os racistas têm sentido mais vontade de agir. Isso deve nos motivar a tomar ações e atitudes que evidenciem tais comportamentos, enquanto buscamos medidas jurídicas e morais para desencantá-los.

Voltando ao tema das intervenções nas instituições do sistema jurídico nacional, digo, toda a fim de observar com atenção os comportamentos racistas individuais e institucionais, temos o desafio das escolas de direito do país, que nos parece muito distante de sensibilizar os professores brancos sobre a importância da revisão de seus valores, conceitos e proposições na ciência do direito. Ou seja, estamos distantes de fazer com que os estudos críticos do direito, da criminologia e de todas as áreas do conhecimento insiram não somente questões sociais, capital e mercado, com a quebra de sua neutralidade, mas que também incluam as questões raciais que promovem as desigualdades sociais e, por conseguinte, sejam referências nos valores jurídicos que determinarão o bem jurídico a ser protegido.

Portanto, quando pensamos sobre qual bem jurídico está sendo protegido, não temos a discussão sobre os efeitos do racismo na sociedade como um todo e na população negra. E quando vou julgar qual bem jurídico está sendo violado no caso do crime de racismo, por exemplo, eu minimizo isso, porque na verdade não consigo compreender exatamente essa questão. Os operadores do direito não conseguem fazer isso porque nunca estudaram sobre o assunto, porque nunca vivenciaram e são brancos. E quando são negros, eventualmente, através do movimento estrutural, a ideologia racista não escolhe somente as cabeças brancas, mas também as cabeças negras.

Portanto, temos de entender que nossa negritude por si só não nos torna antirracistas. E o mais terrível de tudo isso é que quando projetamos ações racistas, somos contra nós mesmos, pois é impossível sermos racistas contra os brancos, já que não há relação de poder para discriminá-los e racializá-los com algum epíteto negativo.





Até que algo aconteça, as próprias instituições devem buscar meios para promover as discussões e reflexões sobre o papel do direito e do Estado na formação e reprodução do racismo, sobre as ações interinstitucionais que promovem a desigualdade racial e, como consequência, a desigualdade social, e sobre a influência que a negação do racismo exerce nos comportamentos racistas individuais. Tudo isso como forma de exercer suas atividades como um elemento diferenciador na busca pela igualdade racial no país. Ações afirmativas são fundamentais, mas a luta continua.

Agora, eu gostaria de fazer outro exercício de reflexão a respeito da academia e da produção de conhecimento nas universidades. No final, gostaria de abordar o desafio que todos nós que entramos na universidade enfrentamos, neste espaço que é inóspito para nós. Qual é o nosso desafio? O que precisamos fazer para minimizar nosso desespero e ansiedade, e ao mesmo tempo sermos didaticamente contribuidores para que os outros brancos entendam o que é a vida, o que são as pessoas, o que é a dignidade humana e o que é necessário para termos uma sociedade saudável e justa, onde você respeita as pessoas não pelo estereótipo delas, mas pelo que elas podem oferecer, seja algo bom ou ruim.

Aqui, eu gostaria de dizer que a ideia da negritude só será válida se for 100% talvez seja um dos elementos mais racistas que nós temos. "Os negros são perfeitos ou não valem nada". Isso significa que a cada movimento que um indivíduo negro faz que não esteja dentro do que você espera ser algo bom, sua negritude é o que valerá para aquele comportamento. Ao contrário das pessoas brancas, que podem ou não ter caráter, elas nunca serão chamadas de mal-caráter porque são brancas, mas sim porque são mal-caráter por algum outro motivo que possa vir a ser tratado.

Eu gostaria de apresentar algumas considerações sobre as relações entre a academia e seu papel junto à sociedade, com a especificidade de refletir sobre a produção científica relacionada à população negra no Brasil, seja ela produzida por acadêmicos negros ou não. Destaco o papel fundamental e o compromisso político que nós, negros inseridos nas universidades e institutos de pesquisa, temos de direcionar e encaminhar as pesquisas, estudos e seus resultados na arena de uma sociedade racista e discriminadora.

Isso significa que nossa interferência como alunos, pesquisadores, professores, produtores e criadores do conhecimento deve se pautar por um compromisso político de estabelecer os limites da sociedade racista brasileira, apresentar suas manifestações racistas e propor um envolvimento da sociedade política e civil na luta contra a discriminação, especialmente a racial, na busca por proposições para uma sociedade mais justa. Essa não é apenas uma tarefa dos negros, mas sim



uma tarefa de toda a sociedade brasileira. No entanto, dentro desta área restrita, mas produtiva, de produção de conhecimento, nós, negros, devemos agir com atenção para cumprir essa tarefa, tendo o cuidado de não nos deixarmos cooptar e ao mesmo tempo buscando alianças com todos os setores contributivos.

Essa intervenção caminhará em direções alinhadas ao meu conhecimento específico, inserindo contribuições para o direito como produtor e reproduzidor dos valores raciais, ao mesmo tempo que delinea o progresso no tratamento jurídico da discriminação e, por consequência, se torna um instrumento fundamental no combate ao racismo e na promoção dos direitos humanos fundamentais. A partir de uma perspectiva ativista negra, espero poder demonstrar isso no final, sem ser recebida como negativista ou sombria, mas sim como uma mulher negra que está presente em sua vida, recebendo, contribuindo e enfrentando todos os desafios que o racismo nos impõe.

Do Conhecimento e do Racismo: Como isso se dá nos termos das diversas áreas do conhecimento?

De imediato, destaco que tenho certo distanciamento, não se trata dos meus estudos, mas sim daquilo que percebemos interferir no cotidiano das vidas das pessoas. O racismo cotidiano apenas se completa na medida do envolvimento total das camadas, setores, grupos e instituições públicas ou privadas com suas premissas e interesses. Por isso, é importante discutirmos a produção do conhecimento nas universidades, pois a cada minuto, a cada movimento, a cada referência, todos eles estão envolvidos na formação da ideia da inferioridade do indivíduo negro, que é essencial para compreendermos e abordarmos o fenômeno do racismo.

Continuo a pensar que, por mais que todos exerçam a reflexão sobre o que é o racismo e quais são suas formas mais evidentes neste país, a estrutura paradoxal e complexa dessa ideologia nos enreda. Retornamos frequentemente a apresentar e a debater questões que não alcançam de maneira adequada o cerne da questão, ou seja, as variadas, diversas e dissimuladas formas pelas quais o fenômeno do racismo se manifesta em nossa sociedade, especialmente em nossas mentes.

A academia brasileira, enquanto local privilegiado para a produção do conhecimento, embora tenha realizado investimentos significativos, especialmente a partir da segunda metade do século XX e nos últimos vinte anos, no estudo do fenômeno do racismo e suas nefastas consequências e interferências na vida das pessoas, fundamentalmente das pessoas negras e secundariamente das brancas, ainda é um espaço privilegiado na produção e perpetu-



ação do racismo. Isso muitas vezes se esconde por trás do próprio objeto de estudo da academia, que é a ciência.

Ao longo de décadas, vivenciamos o que chamamos de avanços nos estudos e na produção científica relacionados à raça, racismo, relações raciais e discriminação racial. No entanto, esses avanços não se refletiram adequadamente em nossas vidas e na qualidade de vida das populações negras, exceto por avanços que poderíamos chamar de vegetativos. Em outras palavras, os anos vinte são menos evoluídos do que os anos trinta, a trajetória das famílias e seu desenvolvimento apresenta um certo patamar de avanço no sentido de que os filhos possam alcançar uma ascensão social melhor do que a de seus pais, e assim sucessivamente. Isso é o que chamamos de crescimento vegetativo: cada avanço que percebemos nas nossas relações raciais e no combate ao racismo tem sido, na verdade, mais-vegetativo do que propositivo.

Nesse contexto, relembro uma frase de W.E.B. Du Bois: "No início do século XX, o homem aprende a voar e a construir instrumentos para voar. Atualmente, o homem já desenvolveu as técnicas mais sofisticadas para voar e até mesmo aviões a jato. No início do século XX, o problema dos Estados Unidos era o problema racial; atualmente, o problema dos Estados Unidos continua sendo o problema racial".

É nesse sentido que eu falo. O conhecimento é tão ínfimo que não altera a estrutura que tangencia nossas vidas. Portanto, todos os esforços dos setores ligados aos estudos de pedagogia e educação nos últimos anos não conseguiram impedir que nossas crianças continuem sendo chamadas de macacas ou macacos nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, de periferia ou de centros mais desenvolvidos. As meninas ainda são alvo de desconstituição de sua beleza e, mesmo com tratamento mais aceitável hoje, o cabelo ainda é utilizado como um instrumento para descaracterizar a beleza feminina negra.

Os meninos e as meninas negras continuam sendo vítimas do massacre racista na formação de suas personalidades e autoestima, resultando em timidez, rebeldia e fragilidade para enfrentar as adversidades do cotidiano pobre, que apresenta altas taxas de reprovação e evasão escolar. Em outras palavras, estamos trabalhando nisso há muito tempo, mas essa realidade ainda permanece muito ativa. Todos os esforços feitos por nós pesquisadores, professores e estudiosos sobre a questão racial e a educação ainda são muito limitados diante de toda a violência racista presentes nas técnicas de ensino, nos materiais de ensino e nas estruturas das escolas. O resultado disso é que as crianças e adolescentes negros acabam com uma defasagem significativa na relação entre idade e ano escolar cursado.

Uma ressalva: diante das desvantagens econômicas, o chamado conflito entre capital e trabalho, hoje quase obsoleto, mas somente disfarçado com nomenclaturas mais suaves, pois essa atualização faz parte da gênese do status quo capitalista e opressivo. Esse conflito opera muito mais como consequência da discriminação racial do que como seu determinante.

Nesse jogo de classe e raça, a pobreza da população negra e a falta de mobilidade social não residem no conflito entre capital e trabalho, nem mesmo no capitalismo. Esses fatores, na verdade, apenas acentuam as diferenças e as discriminações. A verdadeira determinante é o fator racismo, que irá definir a possibilidade ou não de mobilidade social para a população negra.

História: Outro ramo privilegiado do estudo das relações raciais no Brasil, de importância pela sua própria natureza formativa e recriativa, não tem ultrapassado, porém, as barreiras que dariam acesso a um número significativo de indivíduos brancos e negros para conhecer efetivamente a história do Brasil, suas diversas regiões, seus heróis, seus ídolos, cientistas, artistas e tantos outros negros que fizeram e fazem a história do Brasil.

As escolas e os estudantes continuam, em sua maioria, conhecendo a escravidão como única aparição negra nas Américas, de forma deturpada e indutora de apreensões racistas. Não devemos deixar de lembrar que há um período no calendário escolar em que os professores, especialmente nas escolas fundamentais, apresentam o tema. Mesmo que tenhamos a Lei 10639 que nos desafia, este país a dizer se ela fez alguma mudança estrutural na educação das crianças negras. Bem, esse tema continua sendo um desafio, refletindo o descompromisso do educador e da escola com o conhecimento e implementação da história da população negra e seus expoentes ao longo do curso da história dos povos.

O papel e o interesse da sociedade branca pelos negros ainda nos obriga a nos organizar, com a Isabel redentora e nossos heróis. Com todo respeito à referência feita, precisamos nos dar conta de que apresentamos unicamente Zumbi, um homem nascido nos anos de 1600. Concomitantemente a essa homenagem, que diz respeito à representação de sua vida na luta pela liberdade, é necessário que a história apresente mais e mais negros contribuintes para a formação do povo brasileiro, em ciência, política, direito, literatura etc. As publicações, mesmo as recentes, continuam reproduzindo os nomes que de alguma forma também foram aceitos pela intelectualidade branca. Os negros que nos são apresentados são aqueles que foram aceitos pela intelectualidade branca, e eles não são colocados



v.7, n.2



como revolucionários na luta pela qualidade de vida e proteção dos direitos da população negra. Talvez devamos refletir sobre o fato de que a transferência do Dia da Abolição para o Dia da Consciência Negra acabe perdendo força, na medida em que nos contentamos, como dizem nossos vizinhos espanhóis, por termos pelo menos o nosso dia. Ter o dia é o primeiro ganho que devemos manter e reforçar, mas não é o único.

Ano após ano, ao identificar o herói, também internalizamos que tudo bem se tivermos que trocar a Princesa Isabel pelo líder Zumbi. Essa requisição é atendida, e eu quero deixar claro que sou absolutamente a favor do Dia da Consciência Negra, acho importante homenagearmos Zumbi. No entanto, o que estou trazendo aqui é que temos milhares de indivíduos, mulheres e homens, que contribuíram de forma incisiva para que estejamos aqui, e a história não nos apresenta. Ou seja, os historiadores e a academia, a que estamos nos referindo, no contexto da ciência e da cultura. Igualmente, nosso investimento na história da África não tem transposto os limites acadêmicos, de forma que o conhecimento sobre história, filosofia, política e economia africanas é periférico e de baixo investimento. O impacto desse desconhecimento na vida das crianças, dos adolescentes e na sociedade é significativo. Pensar com senso comum sobre os países e povos africanos, apresentando-os como sendo de alta pobreza, desmando e incompetência administrativa e econômica, é reprodução de um discurso racista de 1850, que nós continuamos reproduzindo.

Os avanços em inúmeros trabalhos na sociologia e na antropologia, ambas disciplinas aptas para a discussão das relações raciais neste país, apresentam dados da sociedade brasileira inequívocos da desigualdade racial estabelecida no país de norte a sul. No entanto, os estudos pouco interferem nas esferas tanto públicas quanto privadas nos estabelecimentos de condutas, políticas ou debates públicos para apresentar, sugerir ou responsabilizar-se pelas consequências de projetos e programas que impliquem em melhoria e qualidade de vida da população negra em especial e a branca em geral.

O processo de investigação científica dessas áreas de conhecimento, ao contrário, tende não muito raramente a identificar problemas inerentes a este grupo populacional, ao passo que somente apresentam descritivamente o que acontece no interior de nossa sociedade, relativamente à população negra, branca ou indígena. As razões para esse senso comum decorrem do fato de que mais de 70% das mulheres negras formam o contingente de empregadas domésticas. Isso pode não ser necessário, ou realmente não ser, de que as mulheres negras são mais discriminadas do que as mulheres brancas, pois pode ser aferido que sua performance, por



v.7, n.2



uma infinidade de questões, as coloca nessa posição de trabalho.

Isso induz à percepção de que os estudos e conclusões, embora de excelente qualidade e com potencial altamente qualitativo para o estudo da sociedade, nem sempre ou poucas vezes quebram as barreiras de seu lugar de produção para um debate público sobre a qualidade de vida de diversos públicos populacionais que compõem o país.

Todas as dificuldades aqui nomeadas devem ser creditadas e são creditadas ao movimento intelectual, filosófico e moral que a ideologia racista promove, com nuances de gentil receptividade até a mais nefasta reação. Aqui, gostaria de me deter nas reflexões que podemos fazer neste nosso evento: se somos ínfimos na representação do que é a academia brasileira, ínfimos também são os pesquisadores brancos que se dedicam com respeito e competência ao estudo dos temas envolvendo discriminação racial, raças, racismo e desigualdade racial. No entanto, igualmente somos competentes. Nosso potencial de criação e reflexão é, sem dúvida, sofisticado o suficiente para mudar paradigmas e recuperar histórias.

Portanto, apesar de tudo isso, o processo de exclusão racista formal e o mais nefasto é aquele que é subliminar. Ele detém o resultado de nossas pesquisas em espaços ambíguos, onde aparentemente todos estão interessados e comprometidos, mas ao mesmo tempo congela a praticidade e aplicabilidade daqueles resultados para círculos fechados e homogêneos de confirmação. Isso é tão contundente que, ao nos satisfazer, perdemos o avanço e a abertura para a demonstração na sociedade aberta. A necessidade de se levar em consideração aquele conhecimento para sua planificação, portanto, mantém um círculo racista ao conhecimento revolucionário. O que quero dizer é que temos produzido muito, temos muitos alunos, professores, doutorandos, mestrandos com muita produção, mas ainda assim encontramos uma receptividade fechada.

Em outras palavras, nosso trabalho acaba sendo utilizado, ouvido e trabalhado dentro de nossos grandes grupos e através de pares, com pouca abertura para aquilo que seria o conhecimento da academia em geral. Isso é o que faria com que intelectuais brancos se interessassem e tentassem estar dentro desse conhecimento para efetivamente permitir que nosso trabalho pudesse ter os frutos que desejamos, ou seja, mudar a compreensão desses grupos.

Nas áreas de Tecnologia e Biologia, com a diversidade e interdisciplinaridade que o contemporâneo permite, mantém o discurso científico da neutralidade e, de maneira muito frágil, inicia um processo de discussão das relações raciais. De



v.7, n.2



repente, percebe-se que todo o desenvolvimento de seu comportamento deveria ter o homem como sujeito do seu trabalho, mas que não tem. As relações raciais e o racismo continuam sendo um conhecimento alheio a esse desenvolvimento. Aqui, é fundamental evidenciar a questão do crime e as tecnologias de algoritmos e toda a tecnologia utilizada para fazer busca de pessoas que seriam suspeitas ou criminosas dentro dessas áreas de Tecnologia e Biologia, e que não têm em sua formação a discussão das relações raciais.

Quero destacar que a inserção desses temas nas diversas áreas do conhecimento, como administração e economia, por exemplo, que são os parâmetros da administração do estado e da iniciativa privada, todos envolvidos no mundo jurídico que lhes dá as cartas de como sair-se bem, com ou sem as cartas, é completa a falta de conhecimento sobre o estudo das relações raciais dentro dessas áreas. A invisibilidade e o descompromisso dos autores dessas áreas do conhecimento atuam como determinantes da inércia dos poderes constituídos e da sociedade brasileira. Os índices de IDH relativos à população negra demonstram absoluta separação e segregação racial na estrutura da sociedade brasileira.

E quem são aqueles líderes que estão à frente das políticas e da organização pública ou privada? São pessoas que passaram por esses cursos de Economia e Administração. São áreas de extremo interesse para o desenvolvimento e para a estruturação da sociedade, e lá você não tem discussão ou, ao menos, são raras as discussões sobre relações raciais. Assim, os profissionais, quando vão trabalhar, realmente não têm nenhuma possibilidade de pensar em políticas que avancem em um sentido maior de igualdade e equidade nas políticas.

Os estudos e as novas tecnologias, bem como a produção científica nas escolas de administração e economia, acompanhados por todas as similaridades, onde o conhecimento não comporta a inclusão das questões raciais, fazem com que a população brasileira seja vista como uma, leia-se branca. Sem dúvida, rica ou pobre, possuidora ou despossuída, é essa a população para a qual todos esses movimentos e todo esse conhecimento trabalham no sentido de proporcionar uma maior e melhor qualidade de vida.

O direito, na verdade, é um lugar produtor e reproduzidor do racismo, assim como é o lugar pelo qual esperamos e lutamos para que seja aquele que nos traga a possibilidade de redenção, que nos proporcione a melhor chance de demandar e de sermos melhor atendidos nas solicitações por direitos fundamentais, por direitos sociais, por direitos de lazer e, enfim, por todas as possibilidades de uma melhor qualidade de vida. Nas escolas de Direito, estamos em um lugar muito desagra-



v.7, n.2



dável, em que não temos a abordagem da própria estrutura das universidades de direito para trazer as discussões sobre relações raciais e, aliás, nem sobre direitos humanos temos. São grupos específicos dentro dessas escolas que vão abordar essas questões, mas não temos o que seria fundamental ter institucionalizado dentro das escolas de direito: os estudos das relações raciais, a história do direito brasileiro sob a ótica das relações raciais e da contribuição da população negra.

Eu fico pensando como são os temas de Justiça no continente africano. Nos diversos países africanos, ninguém se preocupa, não traz um intelectual africano para fazer uma palestra nas faculdades de direito. Portanto, ficamos sempre com palestrantes de outras nacionalidades, como alemães e italianos, que vêm com prazer e com o dinheiro público, com nosso dinheiro, para fazer suas apresentações. Eventualmente, nós teremos até a graça de ter alguns deles abordando essa questão, mas é sempre muito direcionado. É um exercício que faço, pois, por mais que você queira ser um tributarista, você será um tributarista, mas será necessário que você inclua as relações raciais, o racismo e toda a estrutura de discriminação em seus estudos sobre tributos. E, se você for buscar o quanto o sistema tributário nacional é prejudicial para a população negra, perceberá o quão importante seria que cada área do conhecimento incluísse, fizesse qualquer incursão sobre o efeito e os resultados do racismo nessas áreas do conhecimento.

Desafio dentro da Universidade:

Não consigo ver com olhos muito belos o que acontece neste país, por mais que eu respeite todo o movimento positivo e todas as lutas, e toda a responsabilidade e todo o trabalho e energia de todos os negros e negras que estão envolvidos. Especialmente, o que mais que a gente tem que respeitar é a resistência e a segurança de indivíduos, da população negra como ela é, segura de si! De dar conta de viver. Eu vejo reportagens e chega a me emocionar ver aquelas mulheres com aquela vida tenebrosa, mas com coragem de atender seus filhos, de atender sua família. Os homens têm péssima qualidade de vida, péssima qualidade de emprego. Os verdadeiros heróis são essa população que está dando conta de viver dentro desse horror que é o racismo e a qualidade de vida que a sociedade apresenta. E mais do que isso, aquilo que a sociedade não respeita.

Então, a mortandade das crianças e da juventude negra, além do desespero diante das mortes e assassinatos, é o marasmo da sociedade brasileira diante desses fatos. Como você pode ter uma sociedade que vê a cada minuto crianças sendo atingidas por balas perdidas na cabeça, e a sociedade só diz: "Oh, mais um que morreu"? Esse é o efeito fundamental do racismo. E como estamos trabalhan-



do nessa área do conhecimento na universidade, temos que entender que também somos responsáveis por fazer com que a sociedade tenha maior conhecimento e maior possibilidade de perceber o que efetivamente está acontecendo e tomar uma posição.

Aqui, volto às ações afirmativas, que foi um primeiro movimento muito importante, diria revolucionário. Mas precisamos de mais movimentos que mexam com a sociedade como um todo, brancos e negros, porque estão matando nossas crianças. Até hoje, nunca ninguém disse isso. Falam que estão matando filhos de negros, mas não estão matando "nossos" filhos. Esse é um ponto terrível que temos que enfrentar. Cada um de nós deve ter responsabilidade sobre isso, independentemente das nossas áreas de conhecimento e de tudo o que faremos.

Com relação à pobreza, quando tocamos nas questões de ações afirmativas, nós sempre temos dito que uma coisa é a pobreza e outra coisa são as relações raciais. Então, quando se pensa em ações afirmativas e em incluir os negros na universidade, acho que esse é o primeiro ponto. O segundo ponto diz respeito a como eles vão se desenvolver. Aqui, você precisa entender as políticas de atendimento para pessoas que têm dificuldade de estar naquele espaço, seja por razões financeiras, seja por outras dificuldades. Talvez essas políticas possam criar um pouco mais de união entre brancos e negros dentro da universidade, quando se considera a possibilidade de atendê-los e lidar com as dificuldades das pessoas a partir das suas próprias dificuldades. Existem políticas específicas dentro da universidade para a pobreza; sempre houve para os brancos. Por que não haveria para os negros? E isso não é uma questão de ser negro; é uma questão de haver políticas dentro da estrutura universitária para atender estudantes com menor potencial financeiro. Isso inclui casas do estudante, bolsas e refeições subsidiadas, que sempre serviram para os brancos. Então, se a gente for pensar naquilo que seriam os nossos estudantes hoje, o número é bastante significativo: uma parte sempre disse que veio da roça ou que os pais eram pobres. De todos, brancos. Então, quando nós temos os negros entrando, parece que a dificuldade fica imensa. Mas qual é a dificuldade? Sempre foi feito, sempre se fez, sempre a universidade teve que atender essas questões. Então, talvez isso seja um ponto sobre o qual a gente deve, sei lá, bater um pouquinho. No sentido de que obrigar as universidades a ter projetos e processos para os estudantes empobrecidos tem que ser algo que é da igualdade, do que eles sempre fizeram para os estudantes. Né? Então, acho que é uma requisição que a gente faz muito mais pela igualdade de condições do que pela desigualdade de condições. Bom, é isso que eu gostaria de colocar como reflexão. Acho que fui meio falante, né? Talvez foi um pouquinho para os lados,

v.7, n.2



para lá e para cá, mas eu espero que a gente possa conversar mais. Muito obrigado. Foi ótimo estar aqui com vocês.

*Karine de Souza Silva***

Boa noite a todos, a todas e a todes, é uma alegria muito grande participar deste encontro. Agradeço de coração, pois este encontro já me trouxe muita emoção desde o dia em que recebi esse convite. É um luxo ouvir a professora Dora, e é uma alegria tê-la em nossa casa depois de tantos anos. Ela foi a primeira mestra negra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina.

De início, queria cumprimentar a professora Dora e agradecer por sua presença e por toda a sua contribuição.

O convite que me chegou é para que eu pudesse falar sobre minha trajetória, sobre a minha biografia acadêmica para vocês e tratar um pouco também sobre o tema que me parece ser o grande tema da nossa apresentação de hoje, que é a Amefricanidade. Eu fiquei muito reflexiva pensando no que é que eu poderia trazer para contribuir, porque realmente tenho a impressão de que teremos que fazer alguns colóquios daqui para frente, pois há muitas questões a serem abordadas.

Claro! Poderíamos falar sobre o linchamento epistêmico e sobre o impacto do racismo institucional tanto na subjetividade como na intersubjetividade de pessoas negras e indígenas aqui na nossa universidade. Nosso lugar de fala é a universidade, e estamos partindo desse lugar. Não apenas o linchamento epistêmico, mas também há um linchamento estatístico, usando a expressão de Abdias Nascimento, porque nós não sabemos nem quantas mulheres negras somos entre as professoras de Direito no Brasil.

** Professora dos Programas de Pós-graduação em Direito (PPGD) e em Relações Internacionais (PPGRI) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora Produtividade em Pesquisa PQ CNPq. Realizou Pós Doutorado na Katholieke Universiteit Leuven e na Université Libre de Bruxelles, Bélgica. É coordenadora do “América-Eirenè: Centro de Pesquisas e Práticas Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional”, e do projeto de extensão “Núcleo de Acolhimento a pessoas Imigrantes e Refugiadas”. É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negras e Negros (ABPN). É vice-coordenadora da Cátedra UNESCO / Antonieta de Barros de combate ao racismo. Email: karine.silva@ufsc.br



Há várias questões que precisamos abordar de maneira contundente em nossa universidade. Portanto, vou falar brevemente sobre minha trajetória e, posteriormente, entrarei no tema da amefricanização da universidade, tendo como inspiração a Lélia Gonzalez.

Como alguns e algumas de vocês já sabem, sou uma baiana desterrada, estou há vinte e cinco anos em Santa Catarina, ou seja, estou mais tempo em Santa Catarina do que na Bahia. Mas como diz Beatriz Nascimento, sou mobilizada por ter passado por tantas transmigrações e desterros. Nós que somos seres diaspóricos, portanto, somos todos migrantes, estamos sempre em transmigração. Inclusive a criação de um coletivo como este, porque para Beatriz do Nascimento, a transmigração é uma forma de mobilidade e circulação que buscamos realizar. Assim, a criação de um coletivo como este é uma forma de resistência conjunta, transmitindo que estamos juntas e juntos resistindo ao empreendimento colonial.

Tenho graduação em Direito, mestrado, doutorado, pós-doutorado e sempre estive nesta área do Direito Internacional. É importante destacar que sempre desejei ser professora desde pequena. Lembro-me de que desde a terceira série eu já dizia que queria ser professora. Talvez eu tenha me matriculado no vestibular de Direito para fugir um pouco dessa minha intenção de ser professora desde criança e ver se eu seguiria outra carreira, mas realmente tudo me conduziu para o âmbito acadêmico.

Isso significa que fraudei as expectativas da minha família, que queriam me ver como juíza, procuradora ou promotora. Hoje eles estão em paz com minhas escolhas, mas também é claro que seguir a carreira acadêmica é muito desafiador. Especialmente pensando que na faculdade de Direito ainda há um privilégio em relação às carreiras jurídicas. Isso é algo que precisa ser tematizado, porque vivemos em um país em que, infelizmente, a educação ainda não é tão valorizada como esperávamos. Enfim, sempre fui uma pessoa acadêmica, nunca fiz concurso para magistratura ou Ministério Público, sempre quis ser professora.

Gostaria de enfatizar e destacar que a educação no Brasil é um privilégio branco. Isso significa que todos os ambientes educacionais, incluindo faculdades e escolas particulares, são territórios predominantemente brancos. A frase de Grada Kilomba, "eu habito em um mundo branco", tem muito significado para mim. Estudei em escolas particulares e fui socializada entre pessoas brancas. Depois, entrei na faculdade de Direito, um curso de elite, onde meus colegas eram em sua maioria brancos. Na área do Direito Internacional, também elitizada, trabalho com relações internacionais, portanto, em cursos elitizados e também racializados. Logo, minha situação não é apenas ser uma mulher negra em espaços centrados no branco, mas sim ser a única mulher negra.



v.7, n.2



Nós temos falado muito sobre a solidão da mulher negra. No meu caso, não se trata da solidão afetiva. Precisamos entender a solidão institucional das mulheres negras nos ambientes institucionais, porque somos as únicas em todas as instituições. Sempre nos encontramos em muitas situações peculiares, particulares. Como Patricia Hill Collins diz, somos "outsider within", ou seja, somos forasteiras dentro de nossa própria realidade. Quando vamos para congressos e viajamos para vários lugares, não nos vemos representadas nesses espaços. Portanto, ver vocês, ver esses rostos aqui, é verdadeiramente animador para mim. Sou de uma geração posterior à da professora Dora, mas ainda assim faço parte de uma geração que percorria os corredores das universidades contando nos dedos quantas pessoas negras estavam ali.

Devo ter sido a primeira doutora negra aqui na Universidade Federal de Santa Catarina. Ou seja, fui formada por pessoas brancas ao longo de toda minha vida, assim como vocês ainda estão sendo. Entretanto, compreendo que o processo formativo é extremamente complexo. Inclusive, há um ditado africano que diz: "Para educar uma criança é necessário uma aldeia". Ou seja, somos moldados e educados não apenas por nossos professores nos ambientes institucionalizados, mas também por nossos amigos, amigas, amigues, família e coletivos. É por isso que a professora Lino Gomes aborda em seu livro o Movimento Negro Educador, ressaltando que somos formados de maneira multidimensional. Isso é algo fundamental de se compreender! Por outro lado, não vivi em uma época de cotas. Isso não significa que não haja desafios. Vocês enfrentam outros desafios. Naquela época, não existiam cotas para graduação e pós-graduação. Na pós-graduação está começando agora. No entanto, também compreendo que este corpo é marcado pela colonialidade. Quando entro em algumas portas, em alguns territórios, como os auditórios das faculdades de Direito, com cortinas de veludo e ambientes pomposos, sei o que este corpo representa. Já sei que este corpo está marcado, ou seja, no sentido de ser um *marca-dor* pois marcam os nossos corpos e também produz dores.

Assim, é importante entender que são marcadores que obviamente não inventei. Não fui eu que me classifiquei como mulher. Foi o sistema colonial que me colocou neste lugar, me classificou como mulher e como negra. Chega em um determinado momento em que é importante tomar consciência da negritude, mas foi o sistema colonial que atribuiu muitas dessas identidades, que me classificou como nordestina, mulher, negra e pessoa marginalizada. Mesmo ocupando espaços de poder, essa categoria de "outsider within" é significativa. Ela ajuda a entender como um corpo periférico pode circular em lugares de poder e privilégio, mas ainda ser reconhecido e interpretado como um corpo proveniente da periferia.



Vivemos em uma sociedade em que estar em espaços institucionais me leva a refletir sobre o que significa ser uma mulher negra em um ambiente centrado na branquitude. Viver nesse ambiente institucional, centrado na branquitude, onde o genocídio epistêmico impera e onde as narrativas sempre são do colonizador, é muito difícil. É realmente um desafio difícil. Recordo-me da época em que eu era estudante e via que as narrativas apresentadas sempre me colocavam em uma posição de outra, e essas são narrativas que nos desqualificam.

Então não é apenas, o que já é muito, um genocídio epistêmico, mas também a produção e reprodução de narrativas em que eu sou a outra no contexto do direito internacional. Eu sou esse outro, identificado como a minoria. Quando vou para eventos de Direitos Humanos, as pessoas dizem: "Ah, porque vocês são as minorias". E eu respondo: Não, nós não somos a minoria, nós somos a maioria, como dizia Lélia Gonzalez. Somos a maioria marginalizada por uma minoria dominante. Isso também acontece porque o direito é tão colonizado. Podemos ser minoria nos Estados Unidos e na Europa, mas aqui no Brasil nós não somos minoria, somos a maioria.

Chegamos aos lugares e sempre somos considerados como minoria. Essas narrativas e ambientes nos proporcionam muitos aprendizados e também nos sujeitam a muitas circunstâncias que nos obrigam a sobreviver. Estamos em um Estado em que constantemente, 24 horas por dia, as armas estão apontadas para nossas cabeças. Um Estado produtor de morte, esse é o Brasil em que vivemos. Isso não é apenas minha história, mas sim a história do Brasil, a história do país em que vivemos. As formas de matar são diversas, mas os corpos atingidos são sempre os mesmos. Sabemos disso e é nossa responsabilidade, enquanto atuantes no campo do direito, produzir direito de forma a evitar a reprodução desse sistema que mata os nossos, que nos mata. Esse sistema nos mata todos os dias.

E então, porque fui formada por pessoas brancas, uso o sentido de "formar" como moldar. Colocar na forma. Tive que ser autodidata, estudar sozinha, me aquilombar. Precisei estudar muito mais do que os outros, pois enquanto os brancos estão estudando a matéria que foi apresentada pelos professores, eu tive que estudar o dobro. Tive que estudar Abdias Nascimento, a professora Dora e fazer leituras adicionais. Isso, claro, traz cansaço, exaustão e desorganização mental. Pois, inclusive, tenho total consciência de que meu corpo não é visto como um corpo que pensa. Você vai para a academia, um ambiente de produção de conhecimento, e nossos corpos são hipersexualizados, são corpos depositários daquilo que a branquitude nunca quis, depositários da violência, da sexualidade. Esse é o lugar que nos foi imposto. Assim, cada dia você precisa provar que é um corpo que pensa. Isso é algo que causa adoecimento!

Eu tive um letramento racial que foi tardio e, evidentemente, foi necessário me tornar negra e me tornar uma mulher negra, como Neuza Souza Santos diz. Tornar-se negra é um processo doloroso, porém emancipador. Mas também traz sofrimento, pois sabemos que ocupar o corpo de uma mulher negra é uma posição de risco extremamente alto neste mundo, um risco de morte. Ocupar o corpo de uma pessoa LGBT, embora não seja o meu caso, é uma posição de risco de morte, de ser assassinado ao sair de casa. Portanto, tornar-se negro é fundamental para sobreviver. Isso implica em transformação. Neste contexto, trago as palavras de Audre Lorde quando ela nos fala sobre a importância de transformar a raiva. Pois tudo isso nos traz raiva também. Ser o "outro" nos traz raiva. Transformar essa raiva em potência, em luta, em afeto, pois afeto é um grande potencializador.

Assim, estar aqui e poder dialogar com vocês é transformar nossa raiva em capacidade de luta. Isso significa que não aceito e não vou aceitar ser a outra. Não aceito ser inferiorizada. Não aceito que falem sobre mim e por mim. Quem vai falar por mim sou eu. Como Vilma Reis disse: "Nada sobre nós sem nós". E eu quero mais. Quero ver cada um de vocês ocupando os lugares que desejam. Precisamos ocupar o espaço. Precisamos retomar a posse, pois estamos disputando um lugar que é nosso. Como Beatriz Nascimento diz: "Este lugar aqui é meu". Lélia dizia isso. Este espaço é nosso. Sou brasileira, tenho direitos iguais a todos. Portanto, precisamos ocupar espaço.

É difícil ser ponta de lança. É difícil nadar contra a correnteza. Isso gera desgaste emocional, é verdade. No entanto, não temos outra escolha. Nossa única rota é esta. Precisamos criar estratégias, nos aquilombar. Transformar nosso aprendizado em benefício coletivo. É importante entender que sempre haverá acolhimento, sempre haverá circunstâncias que nos conectarão com outras pessoas. Sempre haverá luz. E onde não houver luz, precisamos nos tornar a luz. Eu me torno luz. Eu não desisto. Nunca desisti, porque sei que há muita gente comigo, me iluminando. Patrick me envia mensagens dizendo: "Professora, foi importante ouvir você hoje". Isso me ilumina. Quando meus pais aparecem ali, eles me iluminam. Portanto, há muitas pessoas para quem sou uma referência positiva, que me mantêm firme, que de alguma forma dizem: Não desista!

Quando abri a disciplina de Raça e Relações Internacionais e vi que havia mais de 40 inscritos e pessoas na lista de espera, isso me trouxe tanta energia positiva que não há ninguém que possa nos derrubar. Não vão nos derrubar. Ninguém vai apagar o nosso brilho por causa de vocês, por causa da minha família, por causa daquelas e daqueles que vieram antes de nós. Tenho fé na minha luta, fé na minha



batalha e fé neste corpo. Nunca desisti por causa disso, porque sei que estou trilhando o caminho da luz.

Também é importante entender o seguinte, algo que Nina Simone me ensinou. Existem lugares onde você não é bem-vindo. E não estou me referindo à universidade, pois esse lugar, queiram ou não, é nosso. Porém, às vezes, é crucial sair quando o amor já não está mais sendo servido. Portanto, há espaços onde você pode dizer: "Não merece minha atenção, não merece minha energia, não estarei lá". Às vezes, saio de comissões, saio de lugares onde sei que o amor não está mais sendo cultivado.

Foi também a amefricanidade de Lélia que me ensinou muitas coisas. Ensinou-me a honrar aqueles e aquelas que vieram antes de mim. A amefricanidade, que é o título da nossa palestra de hoje, é uma categoria tão poderosa que nos ensina a sempre lembrar daqueles e daquelas que resistiram, daqueles que estiveram antes de nós, que nos passaram o bastão. A amefricanidade nos oferece duas chaves. A primeira nos mostra as resistências indígenas e negras na construção deste país. A segunda é que o racismo, por sua própria natureza, tenta apagar essas resistências, tenta apagar todas essas insubordinações ao sistema colonial. Na academia, reconhecer essas resistências e lutas é essencial.

Estamos aqui por essas resistências, estamos aqui por eles e por elas. Estamos aqui pela professora Dora, por todos que vieram antes de nós. Reconhecer isso é importante, inclusive porque eles e elas nos deixaram um imenso legado, instrumentos para que possamos transformar esses ambientes e transformar esse mundo.

Então, estou aqui por causa deles, por causa delas, por eles e por elas. Queria lembrar para vocês duas coisas, já me encaminhando para o final: uma delas é que esta casa, me refiro à UFSC, abriga todos os problemas que foram mencionados e que vocês conhecem. No entanto, esta casa abrigou duas das figuras mais importantes do Brasil, do Direito e das relações raciais no Brasil. Na década de 80, Guerreiro Ramos foi professor da UFSC, lecionou no Centro Socioeconômico. Isso significa que essa casa tem resistência, sempre teve, embora essa resistência muitas vezes tenha sido apagada. Cabe a nós lembrar a todos que esta foi a casa de Guerreiro Ramos, um dos maiores nomes do Brasil.

É Guerreiro Ramos quem inaugurou o estudo sobre branquitude no país. Ele é o pioneiro. Ele pautou os estudos sobre branquitude na academia brasileira. Nas décadas de 50 e 60, trouxe questões relacionadas à Sociologia Engajada, nos disse que a sociologia deve ser engajada, e nos apresentou a ideia de que é necessário



v.7, n.2



mudar o foco, saindo da ideia de que o negro é o tema e passando a estudar o branco como tema. Ele discorreu sobre a patologia do branqueamento brasileiro. Eu não preciso dizer muito sobre Guerreiro Ramos, mas ele é esse pioneiro nos estudos de branquitude. Os estudos que estamos tratando hoje devemos reverência a ele.

Na década de 80, também foi quando a professora Dora veio para a Universidade Federal de Santa Catarina. Na década de 90, quando comecei o mestrado nesta instituição por causa das teorias críticas, quero mencionar algumas coisas enquanto caminhamos para o final. Primeiramente, esta casa, me referindo à UFSC, enfrenta todos os problemas já mencionados e conhecidos por vocês. No entanto, esta casa também abrigou duas das figuras mais importantes do Brasil, no campo do Direito e das Relações Raciais. Na década de 80, Guerreiro Ramos foi professor da UFSC, lecionando no Centro Socioeconômico. Isto prova que esta casa tem uma história de resistência, uma história que muitas vezes foi apagada. Cabe a nós lembrar a todos que esta foi a casa de Guerreiro Ramos, um dos maiores nomes do Brasil.

A doutora Dora é pioneira na introdução das teorias críticas e na análise das questões raciais no Brasil. Ela é a primeira a falar sobre o racismo institucional, a primeira a trazer a categoria analítica da Raça para entender o Direito. De maneira pioneira, ela demonstrou como o judiciário, o Direito e as estruturas das carreiras jurídicas, incluindo a polícia, utilizam o racismo para manter privilégios. Ela não fala sobre branquitude com esse termo, e inclusive, porque naquela época Guerreiro Ramos não o havia abordado nesses termos. No entanto, ela estava falando sobre a branquitude no Direito, demonstrando como o Direito sustenta a branquitude no Brasil e como o judiciário produz e reproduz o racismo.

Seu trabalho promove a desestabilização, unindo teoria e prática. Ela é uma mulher militante que não esconde nada, que mostra que a neutralidade da modernidade é uma ilusão. A neutralidade não existe. Ela só serve para atender aos interesses daqueles que gerenciam o direito para manter seus privilégios. Ela critica o genocídio epistêmico. Seu trabalho deveria ser lido por todos os e as estudantes de Direito em todo o Brasil. A professora Dora, em 1989, quando defende sua dissertação, Kimberlé Crenshaw ainda não havia escrito o texto sobre interseccionalidade que menciono. Seu trabalho recruta intelectuais negros brasileiros e internacionais, como Frantz Fanon, Almilca Cabral, Clóvis Moura, e ela aponta a importância de entender a raça e a hierarquia racial para entender o Brasil.



v.7, n.2



Depois da professora Dora, não há como negar que o Judiciário, o Estado e o Direito não estão cientes do racismo. Após o trabalho dela em 1989, as pessoas não podem mais alegar desconhecimento de que o Direito é usado como uma arma para matar. O Direito é uma arma que tem tirado muitas vidas. Não é uma omissão, é uma ação. Nossas instituições estão estruturadas e vocacionadas para nos matar.

Após a professora Dora, o Dr. Abdias Nascimento, Dr. Guerreiro Ramos e outros pioneiros e pioneiras, temos muitas ferramentas para lutar contra o racismo institucional e estrutural. Precisamos ocupar esses espaços. Nossas ferramentas de luta já nos foram passadas pelas gerações anteriores, pelos nossos mais velhos. Devemos lembrar de que a universidade é nosso espaço de luta, nosso quilombo. É nosso lugar de luta coletiva, mas também é o nosso lugar para buscar a felicidade. A universidade é o lugar também de procurar ser feliz porque apesar de tudo é importante encontrarmos espaços e criarmos espaços de alegria, como diz a Beatriz Nascimento: "criar espaço de alegria, mesmo quando o inimigo quer nos matar" porque o inimigo quer ver corpos exaustos, quer ver corpos cansados, corpos entristecidos e isso a gente não vai dar para eles. Isso a gente não vai dar para eles! Eu termino aqui trazendo a Elza Soares: "Ser feliz no vão, no triz." Não é isso que a gente faz todo dia? Ser feliz no triz! "É a força que me embala". Obrigada!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. *Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. *Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1989. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106299>.

CIDADE DE JESUS, Edmo de Souza. *Pelos becos da memória jurídica: as escrevivências de Eunice Prudente e Dora Bertulio nas relações entre o campo científico e a formação do quilombo jurídico Direito e Relações Raciais*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/249865>.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.



v.7, n.2



HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

SILVA, Karine de Souza. “A mão que afaga é a mesma que apedreja”: Direito imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. *Revista Mbote*, Salvador, Bahia, v. 1, n. 1, p.20-41. jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/index>.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoia”. a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. *Revista de Informação Legislativa*, v. 58, p. 37-55, https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37.

SILVA, Karine de Souza. *O Direito Internacional e a performatização da inocência branca: estudo sobre o genocídio do povo negro brasileiro e o Tribunal Penal Internacional*, 2022.

SILVA, Karine de Souza. *O genocídio negro e o assassinato do refugiado africano Moise Kabagambe: o retrato que i Brasil brancocentrado nunca quis revelar ao mundo*. Empório do Direito, em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-genocidio-negro-e-o-assassinato-do-refugiado-africano-moise-kabagambe-o-retrato-que-obrasil-brancocentrado-nunca-quis-revelar-ao-mundo>.

SILVA, Karine de Souza. Os Estudos Críticos da Branquitude e as Relações Internacionais: disputando narrativas e desafiando estruturas epidérmicas de poder em ensino, pesquisa e extensão. *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos*, [S. l.], v. 44, n. 93, p. 1–47, 2023. DOI:10.5007/2177-7055.2023.e92064. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/92064>.

